

FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

Brasília, 31 de março de 2022.
RELAUD DF – 2022/001

À
FUNDAÇÃO SÃO FRANCISCO DE SEGURIDADE SOCIAL.
BRASÍLIA - DF

Especial atenção
Marcelle Mendes Soares
Marcos André Prandi

Prezados,

RELATÓRIO DE AUDITORIA – Apraz-nos submeter à superior apreciação de V. S^{as}. o nosso relatório sobre os trabalhos de auditoria nos saldos contábeis relativo ao período compreendido entre 01/01/2021 e 31/12/2021.

Nossos trabalhos foram realizados de acordo com o padrão usual de auditoria, sendo os nossos testes realizados por amostragem para aquelas rubricas consideradas relevantes em nosso planejamento de auditoria. Porquanto, cumpre-nos informar que as observações e recomendações contidas nesta carta se estendem aos demais casos porventura existentes.

Aproveitamos o ensejo para agradecermos à atenção dispensada aos nossos auditores, quando de nossas visitas.

Ficamos, como nos cumpre, ao inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

A seguir, passamos às observações e recomendações.

Atenciosamente,



Cristina Braga de Oliveira
Contadora – CRC/MG 079.371/O-6
Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
CRC/MG 005.455/O-1

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Procedemos à execução dos nossos trabalhos de auditoria relativos ao período compreendido entre 01/01/2021 a 31/12/2021.

Nossos trabalhos foram realizados de acordo com o padrão usual de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre operações, registros, documentos e posições contábeis em geral, na extensão e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias.

De forma a cumprir os objetivos do trabalho, relacionamos a seguir os pontos observados no curso do mesmo e que entendemos conveniente destacar com nossas observações e sugestões, conforme o caso, sobre os procedimentos por nós analisadas.

2. ANÁLISES REALIZADAS NOS TRABALHOS DE AUDITORIA EM 31/12/2021 E FOLLOW-UP DOS PONTOS APRESENTADOS NA AUDITORIA ANTERIOR.

2.1 Descrição dos Trabalhos

2.1.1 Disponibilidades

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

ATIVO DISPONÍVEL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
1010101 CAIXA	400	0,16%	0,00%	400	0,26%
1010102 BANCOS CONTA MOVIMENTO	250.903	99,84%	-37,73%	156.229	99,74%
TOTAL ATIVO DISPONÍVEL	251.303	100%	-37,67%	156.629	100%

Função da conta:

A rubrica “**Caixa**” é utilizada para realizar pagamentos imediatos de pequenas despesas correlacionadas à atividade administrativa da empresa, tais como: pagamento de despesas com deslocamento e alimentação.

Na rubrica “**Bancos Conta Movimento**” é registrado as contas correntes empregadas para o pagamento de despesas específicas tais como: folha de pagamento, impostos e alguns fornecedores específicos.

Procedimentos adotados:

Caixa:

Solicitamos ao departamento contábil e financeiro a composição analítica da rubrica “**Caixa**”, bem como os documentos comprobatórios das despesas custeadas com o caixa e não apuramos divergências relevantes.

Banco Conta Movimento:

Confrontamos todos os extratos bancários pertencentes à rubrica “**Banco Conta Movimento**”, bem com os relatórios de conciliação bancária com os registros contábeis e não apuramos divergências relevantes.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.2 Gestão Previdencial - Ativo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

GESTÃO PREVIDENCIAL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
1020101 RECURSOS A RECEBER	40.530.363	95,32%	-1,60%	39.883.586	99,97%
1020102 ADIANTAMENTOS	1.991.726	4,68%	-99,38%	12.279	0,03%
TOTAL GESTÃO PREVIDENCIAL	42.522.089	100%	-6,18%	39.895.865	100%

Função da conta:

A rubrica “**Gestão Previdencial**” compreende os valores e direitos relativos às contribuições de patrocinadores e participantes, reconhecidas pelo regime de competência, observando-se o plano de custeio. Compreendem também os valores contratados, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias, bem como outros valores a receber de natureza previdenciária, inclusive os valores decorrentes de Depósitos Judiciais/Recursais.

Procedimentos adotados:

Recursos a Receber:

Inspecionamos os relatórios de “**Recursos a Receber**” fornecidos pelo departamento financeiro, e os confrontamos com o saldo contábil, não apurando nenhuma divergência relevante. Para os recursos com saldos mais relevantes, solicitamos a documentação comprobatória para a contabilização dos valores selecionados, não identificando nenhuma inconsistência.

Adiantamentos:

Com base nas folhas de pagamento, fornecidas pelo departamento contábil, verificamos se os “**Adiantamentos**” contabilizados estavam de acordo com aquelas e não identificamos divergências relevantes.

Depósitos Judiciais/Recursais:

Solicitamos os relatórios operacionais e os extratos dos “**Depósitos Judiciais/Recursais**”, contudo, até a data de emissão do relatório, não recebemos a documentação solicitada. Portanto, não foi possível efetuar nenhum teste sobre a rubrica.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.3 Gestão Administrativa - Ativo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

GESTÃO ADMINISTRATIVA	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
1020201 CONTAS A RECEBER	118.738	2,98%	-5,56%	112.140	2,75%
1020202 DESPESAS ANTECIPADAS	62.512	1,57%	13,75%	71.110	1,74%
1020203 PARTICIPAÇÃO NO PGA	- 87.922	-2,20%	-100,00%	-	0,00%
1020204 DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS	3.893.552	97,58%	0,00%	3.893.552	95,51%
1020206 CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIM	3.118	0,08%	-100,00%	-	0,00%
TOTAL GESTÃO ADMINISTRATIVA	3.989.998	100%	2,18%	4.076.802	100%

Função da conta:

A rubrica “**Gestão Administrativa**” registra os direitos a receber relativos aos eventos administrativos, principalmente no que se refere aos valores decorrentes do repasse de custeio administrativo a receber dos planos de benefícios, bem como a antecipação de despesas do Plano de Gestão Administrativa – PGA, tais como: adiantamentos sob a responsabilidade de empregados e terceiros, bem como outros valores de natureza administrativa, inclusive os valores oriundos de Depósitos Judiciais/Recursais.

Procedimentos adotados:

Contas a receber e Despesas Antecipadas:

Com base nos relatórios operacionais das “**Contas a Receber**” e “**Despesas Antecipadas**”, confrontamos estes com os saldos contabilizados e não apuramos divergências relevantes. E, devido à relevância dos saldos, não vimos a necessidade de maiores análises para as contas.

Depósitos Judiciais/Recursais:

Solicitamos os relatórios operacionais e os extratos dos “**Depósitos Judiciais/Recursais**”, contudo, até a data de emissão do relatório, não recebemos a documentação solicitada. Portanto, não foi possível efetuar nenhum teste sobre a rubrica.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.4 Investimentos – Carteira Consolidada

O saldo em 30 de junho de 2018 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2020	AV (%)	AH (%)	30/06/2021	AV (%)
1231 TÍTULOS PÚBLICOS	451.918.532	48%	-38%	279.153.901	28%
1232 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	12.194.543	1%	-8%	11.240.308	1%
1234 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	457.660.590	49%	53%	699.098.470	70%
1237 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	9.574.437	1%	1%	9.662.112	1%
1238 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.605.286	0%	-2%	2.549.215	0%
1239 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	210.133	0%	0%	210.133	0%
TOTAL INVESTIMENTOS	934.163.521,15	100%	5%	1.001.914.140,23	100%

Função da conta:

A rubrica “**Investimentos**” registra os valores aplicados pela Fundação nos segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis e empréstimos a participantes, atualizados até a data do balanço.

Procedimentos adotados:

Títulos Públicos:

- Com base na carteira de custódia, verificamos se os valores de títulos públicos informados nesta estavam de acordo com saldo contábil e não identificamos divergências relevantes entre as informações;
- Para os títulos públicos marcados a mercado, validamos, com base nas precificações informadas pela Anbima, os PU's de Mercado informados na carteira de investimentos e não identificamos divergências entre os valores de mercado informados;
- Confrontamos as quantidades de títulos públicos informados na carteira de investimentos com os relatórios de custódia CETIP e SELIC e não identificamos divergências entre as quantidades informadas; e
- Com base nos relatórios de compra e venda de títulos, selecionamos, por amostragem, algumas operações para verificar a documentação comprobatória, com o intuito de validar o fluxo de aplicação/resgate destes e, apesar de todas as operações estarem seguindo o fluxo estabelecido pela Fundação, verificamos a inexistência de uma regulamentação formalizada quanto às alçadas para as operações.

Créditos Privados e Depósitos:

- Com base na carteira de custódia, verificamos se os valores de créditos privados e depósitos informados nesta estavam de acordo com saldo contábil e não identificamos divergências relevantes entre as informações;
- Com base nas taxas indexadoras e na data base auditada, efetuamos os recálculos dos créditos privados e depósitos e não identificamos divergências relevantes entre os recálculos e os saldos contabilizados.

Fundos de Investimentos:

- Com base na carteira de custódia, verificamos se os valores de fundos de investimentos informados nesta estavam de acordo com saldo contábil e não identificamos divergências relevantes entre as informações;
- Validamos, com base nas informações retiradas no site da CVM, os valores de PU de mercado informados nos relatórios de custódia e não identificamos divergências entre os valores de mercado informados;
- Analisamos os últimos relatórios de auditoria externa emitidos para os fundos de investimentos da carteira da Fundação e verificamos que os fundos **Ático FIDC Imobiliários** e a **Geração de Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** encontram-se com os relatórios de auditoria com abstenção de opinião sobre as demonstrações financeiras, bem como o fundo **Energia PCH – FIP Multiestratégia** encontra-se com o relatório sobre as demonstrações ressalvado, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FUNDO	OPINIÃO
ÁTICO FIDC IMOBILIÁRIO	Abstenção: 1) Não foram fornecidas documentações suficientes para a conclusão da razoabilidade do valor de 50.438 mil do imóvel, bem como o seu impacto no resultado. 2) A transferência definitiva do imóvel executado ainda não foi registrada pelo cartório, visto que depende da conclusão de processo judicial em andamento. 3) Falta de resposta de circularização dos advogados. 4) Fundo desenquadrado, de acordo com a Instrução CVM 356.
GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO EM INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	Abstenção: Falta de laudo de avaliação da empresa investida pelo Fundo, a qual representa 100% do Patrimônio Líquido.
ENERGIA PCH - FIP MULTIESTRATÉGIA	Ressalva: O Fundo possuía ações na empresa Jurerena à época da emissão do relatório, contudo, em 31 de março de 2016 as ações não foram ajustadas pelo seu valor econômico determinado no laudo de avaliação. Dessa forma, o valor do investimento, resultado e PL está superavaliado em R\$ 275.121 mil.

Quadro com a participação da Fundação nos Fundos citados:

FUNDO	PL DO FUNDO	VALOR INVESTIDO	% PARTICIPAÇÃO
ÁTICO FIDC IMOBILIÁRIO	50.727.642,33	5.629.059,30	11%
GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO EM INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA	264.937.851,22	11.130.468,43	4,20%
ENERGIA PCH - FIP MULTIESTRATÉGIA	624.449.569,97	33.634.260,30	5,39%

Investimentos Imobiliários:

Com base nos relatórios operacionais, verificamos se os valores de investimentos imobiliários informados neste estavam de acordo com o saldo contábil, bem como validamos os valores informados nos relatórios com base nos laudos de avaliação e não identificamos divergências/inconsistências relevantes nos procedimentos executados. Ressaltamos que a Fundação registra os preços dos bens imóveis com reavaliações trienais, tendo sido a última realizada em 2017.

Empréstimos e Financiamentos:

- Com base nos relatórios operacionais, verificamos se os valores de empréstimos e financiamentos informados neste estavam de acordo com o saldo contábil e identificamos divergência de R\$196.699 entre os relatórios operacionais e a contabilidade no Plano BD saldado, que se refere a erro na contabilização, sendo que este foi ajustado no mês seguinte, conforme demonstrado à auditoria via demonstrativos contábeis;
- Com base nos relatórios de concessão de empréstimos, selecionamos, por amostragem, algumas operações e solicitamos a documentação comprobatória, com o intuito de validar o fluxo de concessão e não identificamos inconsistências no processo dos empréstimos selecionados.

Depósitos Judiciais/Recursais

Solicitamos os relatórios operacionais e os extratos dos “**Depósitos Judiciais/Recursais**”, contudo, até a data de emissão do relatório, não recebemos a documentação solicitada. Portanto, não foi possível efetuar nenhum teste sobre a rubrica.

Gestão de Risco:

- Com base em nossas análises e em discussões com a administração, verificamos que não existem processos de gestão de risco de mercado aplicados para a carteira de investimentos da Fundação;
- A Fundação possui aplicações em diversos segmentos, todavia, identificamos que não existem critérios formalizados para a realização de teste de impairment dos ativos financeiros que podem apresentar evidências de desvalorização.

A Resolução CFC nº 1.292/2010 – Redução ao valor recuperável de ativos trata que:

“A entidade deve avaliar ao fim de cada período de reporte, se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo.”

Conclusão em 30/06/2018:

Recomendamos que sejam adotados procedimentos de reestruturação operacional da Fundação e/ou a criação de um setor de compliance, além de normatizar as estruturas operacionais da Fundação, bem como manter está em conformidade com seus regulamentos internos e externos. Recomendamos, ainda, a inserção de mecanismos de gestão de risco de mercado para a carteira de investimento, visando a mensuração de possíveis perdas decorrentes da volatilidade dos preços do mercado e a análise da necessidade de redução de valor recuperável. Essas recomendações visam o melhor atendimento à Resolução MPS/CGPC Nº 13, de 01 de outubro de 2004:

A Resolução MPS/CGPC Nº 13 trata que:

“Art. 11. A delegação de atribuições deve ser formal, com responsabilidades claramente delimitadas mediante definição de poderes, limites e alçadas, inclusive em relação a serviços de terceiros.”

“Art. 12. Todos os riscos que possam comprometer a realização dos objetivos da EFPC devem ser continuamente identificados, avaliados, controlados e monitorados.”

Ademais, é importante ressaltar a necessidade de a Fundação manter, nas reuniões do comitê de investimento, as discussões ocorridas no âmbito dos fundos de investimentos, acerca dos ativos destes, e, com base nessas informações, analisar a necessidade de resgate dos investimentos em fundos, quando a ocorrência dos apontamentos forem apresentados em fundos abertos. Vale salientar que a não regularização dos pontos citados nos Fundos investidos pode acarretar em possível citação no relatório de auditoria emitido ao final do exercício.

Comentários da administração em 30/06/2018:

Depósitos Judiciais/Recursais:

Quando da auditoria realizada, os extratos dos depósitos dos processos de PIS/COFINS não haviam sido encaminhados pelo escritório de advocacia que cuida da matéria. Em seguida estes extratos foram recebidos e armazenados na base de dados da Fundação, estando à disposição das auditorias. A São Francisco recebe, anualmente, cópia dos extratos com os respectivos depósitos judiciais devidamente atualizados, e com base neles

a área de contabilidade realiza os lançamentos de ajustes visando deixar registrado nas contas contábeis o exato valor contido nos citados extratos.

Gestão de Risco:

A Diretoria Executiva autorizou a contratação de empresa de consultoria para prestar serviços de assessoramento em gestão de risco e compliance. O contrato com a empresa selecionada encontra-se em fase de elaboração para ser firmado em seguida. A alternativa de contratação de consultoria já vinha sendo discutida pela Diretoria há algum tempo, principalmente após a edição da Resolução/CMN nº 4.661, de 25/maio/2018, agora regulamentada pela Instrução nº 6 da Previc, de 14/11/2018. A expectativa da Diretoria Executiva é de que os serviços em contratação, já em dezembro, tenham os seus primeiros relatórios devidamente apreciados pelo AETQ.

Follow-up da auditoria em 31/12/2018:

O saldo em 31 de dezembro de 2018 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2020	AV (%)	AH (%)	30/06/2021	AV (%)
1231 TÍTULOS PÚBLICOS	451.918.532	48%	-38%	279.153.901	28%
1232 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	12.194.543	1%	-8%	11.240.308	1%
1234 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	457.660.590	49%	53%	699.098.470	70%
1237 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	9.574.437	1%	1%	9.662.112	1%
1238 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.605.286	0%	-2%	2.549.215	0%
1239 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	210.133	0%	0%	210.133	0%
TOTAL INVESTIMENTOS	934.163.521,15	100%	5%	1.001.914.140,23	100%

Fundos de Investimentos:

Até a conclusão dos trabalhos de auditoria não foram apresentados, pelos Fundos citados, novos relatórios de auditoria independente, exceto para o **Geração de Energia Fundo de Investimento em Participações**, em que teve o "status" de opinião alterado de Abstenção para Adversa, conforme demonstrado no quadro a seguir:

FUNDO	OPINIÃO
GERAÇÃO DE ENERGIA FUNDO DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES	Adversa: Com base na documentação suporte para a avaliação do investimento recebida durante os procedimentos de auditoria, bem como o laudo de avaliação subsequente elaborado por empresa independente, verificamos que existe grande volatilidade e subjetividade na definição das premissas para a avaliação deste investimentos, no que tange, dentre outros fatores, a taxa de desconto e quanto às projeções de novos contratos e crescimento do mercado de energia renovável. A divergência de tais premissas, em nossa análise, gera uma diferença a menor de R\$ 130.908 mil em relação ao valor de investimento contabilizado no Fundo em 30 de junho de 2017, indicando um registro superavaliado do mesmo.

Vale ressaltar, ainda, que não houve alterações significativas quanto a 30/06/2018 em relação aos valores investidos pela Fundação nos Fundos de Investimento citados. Portanto, consideramos o ponto como **não resolvido**.

Depósitos Judiciais/Recurais:

Em relação aos depósitos judiciais, recebemos somente os extratos de PIS/COFINS, na data de 11/10/2019, os demais não foram passados à auditoria. Portanto, em relação ao saldo de 240.777, não recebemos o extrato de depósito deste e, dessa forma, consideramos o ponto como **não resolvido**.

Gestão de Risco:

Conforme citado pela Administração nos comentários, a empresa I9 Advisory foi contratada para realizar os trabalhos de Gestão de Risco dos Investimentos. E, durante a realização dos nossos trabalhos de auditoria para o exercício findo em 31/12/2018 recebemos o relatório emitido por estes, com as análises de risco, por Plano de benefício, bem como para o Plano de Gestão Administrativa. Portanto, consideramos o ponto como **resolvido**.

Gestão de Processos:

Em relação ao ponto em que cita a reestruturação de processos operacionais da Fundação, com o intuito ao atendimento ao descrito no **art. 13 da Resolução CGPC nº 13/2004**, conforme já citado na resolução do ponto, entendemos que este ainda **não foi resolvido**, visto que a Gestão de Risco, sanada com a contratação da I9 Advisory não minimiza/mitiga os riscos inerentes à falta de reestruturação de processos. Portanto, entendemos que é necessário a análise dos processos operacionais da Fundação para o atendimento à resolução citada.

Follow-up da auditoria em 30/06/2019:

O saldo em 30 de junho de 2019 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2020	AV (%)	AH (%)	30/06/2021	AV (%)
1231 TÍTULOS PÚBLICOS	451.918.532	48%	-38%	279.153.901	28%
1232 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	12.194.543	1%	-8%	11.240.308	1%
1234 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	457.660.590	49%	53%	699.098.470	70%
1237 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	9.574.437	1%	1%	9.662.112	1%
1238 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.605.286	0%	-2%	2.549.215	0%
1239 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	210.133	0%	0%	210.133	0%
TOTAL INVESTIMENTOS	934.163.521,15	100%	5%	1.001.914.140,23	100%

Fundos de investimentos:

Em relação ao follow-up realizado em 31.12.2018, verificamos que o relatório de auditoria dos Fundos **Ático FIDC Imobiliário e Energia PCH – FIP Multiestratégia** sofreram alterações em relação à opinião de seus auditores externos, conforme demonstrado abaixo:

FUNDO**OPINIÃO**ÁTICO FIDC
IMOBILIÁRIO

Ressalva: 1) Em 31 de outubro de 2018, o imóvel está registrado por R\$ 48.967 mil, valor obtido através da média simples dos valores de venda consignados em laudos emitidos por duas empresas especializadas. Porém, esses laudos apresentam avaliações do imóvel a valor justo diferentes. Enquanto uma das avaliações estimou em R\$ 61.780 mil (para venda forçada), a segunda avaliadora estimou em R\$ 36.154 mil (valor de mercado para a venda). Essa diferença de R\$ 25.626 mil, entre os laudos de avaliação do mesmo imóvel, não nos permite concluir sobre a razoabilidade do valor justo atribuído em 31 de outubro de 2018 nem sobre eventuais ajustes ao resultado, rentabilidade e ao patrimônio líquido do Fundo. 2) Em 31 de outubro de 2018, em função do recebimento do imóvel por meio de dação em pagamento, o Fundo possuía 97,99% de seu patrimônio líquido investido em imóveis. Neste contexto, o Fundo encontrava-se desenquadrado no limite mínimo de 50% do patrimônio líquido representado por direitos creditórios, conforme determinado no art. 40 da Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001.

ENERGIA PCH - FIP
MULTIESTRATÉGIA

Adversa: Durante o exercício de 2017, o valor do investimento foi avaliado a valor justo para a data base de 31 de março de 2016, por empresa especializada, em R\$189.240 mil e a representativa perda de R\$275.121 mil registrada integralmente no resultado do exercício findo em 31 de março de 2017. O valor econômico do investimento na Juruena na data base de 31 de março de 2017 é de R\$249.651 mil. Entretanto, a administração não registrou contabilmente o ganho total de R\$60.411 mil pela remensuração a valor justo do investimento em 31 de março de 2017. Como consequência a administração deixou de reconhecer um ganho total no exercício findo em 31 de março de 2017 de R\$335.532 mil (31 de março de 2016 - perda de R\$275.121 mil), bem como os valores do ativo e do patrimônio líquido do Fundo estão apresentados a menor em R\$60.411.

Dessa forma, os Fundos **Ático FIDC Imobiliário, Energia PCH – FIP Multiestratégia e Geração de Energia FIP** continuam em situações críticas e necessitam de uma maior atenção da Fundação, atentando-se à liquidez destes fundos e de eventuais resgates, se possível. Portanto, consideramos o ponto como **não resolvido**.

Depósitos Judiciais/Recursais:

Em relação aos depósitos judiciais, mantemos o status do ponto como **não resolvido** em relação ao follow-up realizado em 31.12.2018, visto o não recebimento do extrato de depósito referente ao saldo de 240.777 contabilizado.

Gestão de Processos:

Com base nos trabalhos realizados para o período compreendido entre janeiro a junho de 2019 e o follow-up de 31.12.2018, mantemos o ponto como **não resolvido**, visto que ainda não foram realizadas as reestruturações e formalizações operacionais, conforme orientado anteriormente. Contudo, vale salientar que a Fundação São Francisco, em 30 de setembro de 2019, contratou a empresa **Junqueira de Carvalho e Murgel – Consultores Associados** para a realização dos seguintes trabalhos:

- Planejamento estratégico institucional;
- Mapeamento dos principais processos de trabalho; e
- Levantamento dos riscos organizacionais.

A ideia inicial, segundo o contrato acordado entre as partes, é de que os trabalhos tenham a duração de 10 meses, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes. Dessa forma, apesar de considerar o ponto como **não resolvido**, ressaltamos que os trabalhos de reestruturação operacional estão sendo realizados e continuaremos acompanhando-os nos próximos trabalhos.

Comentários da administração em 30/06/2019:

Fundo Ático FIDC Imobiliário:

O Fundo teve seu exercício social alterado para 31/10/2019, portanto, os apontamentos corretos deverão constar do exame de auditoria da entidade datado de 31/12/2019. Antecipando-nos, em assembleia ocorrida no final do presente exercício, o fundo foi colocado para liquidação, assim, o enquadramento, nesse instante, é pouco representativo, e, devido ao processo de recuperação judicial do devedor, Abengoa, não é possível haver direitos creditórios. Quanto à possibilidade de resgate, como se trata de fundo fechado, somente após o desinvestimento da carteira do fundo, venda de ativos, é possível fazer o recebimento da parte que cabe a cada plano.

Energia PCH – FIP Multiestratégia:

Melhor seria se houvesse o apontamento individualizado, pois, da forma exposta dificulta a elucidação dos reais problemas, haja vista que são absolutamente diferentes a situação vivida por cada qual.

O primeiro tem problemas de ordem societária, que envolve entre outras situações a conversão de AFAC em ações, mas, os minoritários contestam judicialmente a transformação, tendo por princípio que eles serão diluídos, ou seja, terão participação menor no capital das empresas investidas pelo fundo. Essa impossibilidade de transformar o AFAC em ações é a razão primeira para indicação do preço do ativo de forma absoluta. À guisa de esclarecimento, o fundo contratou como advisory o Banco Credit Suisse, tendo como objeto a identificação e negociação preliminar, da venda das investidas. Devido a essa tomada de decisão pelos cotistas, o advisory estima que o complexo deve atingir preço superior a R\$ 1 bi a serem pagos pelos pretensos compradores que já demonstram interesse na operação; o segundo, foi destituído o gestor Ático e contratado o Brasil Plural, esse novo gestor vem envidando esforços no sentido de transformar as investidas em empresas demandadas pelo mercado de players investidores no setor de energia elétrica, setor aliás que será muito exigido caso o Brasil efetivamente apresente índices de crescimentos impactantes, logo, o seu preço deverá ser substancialmente mais adiante. Em relação ao tocante discriminado pela auditoria, relativamente a afirmação: - "...atentando-se à liquidez destes fundos e de eventuais resgates...", ela não se identifica com uma possibilidade em si, pois, esses fundos são estruturados como fechados, ou seja, o resgate, não ocorre por demanda de qualquer cotista, ao contrário, somente quando o ativo investido é vendido e o capital depositado nas contas do fundo, fica o administrador forçado a "distribuir os recursos" proporcionalmente a participação de cada cotista.

Depósitos Judiciais/Recursais:

Quanto ao status da conta, a auditoria identifica que permanece o mesmo levantado em 31.12.2018, ou seja, a entidade não conseguiu ajustar junto aos escritórios patronos das causas que eles enviassem os extratos das contas de depósito judicial atrelada a cada processo. O andamento quanto a descrição dos processos de negócios a cargo da JCM,

evidenciará com precisão as datas e formas da documentação necessária para o efetivo suporte ao ajuste do saldo contábil dos depósitos judiciais.

Registramos que o valor de R\$240.777,13 contempla 03 (três) objetos de ações diferentes: IOF=R\$30.644,06; IRPJ=R\$176.733,62 e um bloqueio judicial em ação que tramita perante a 5ª vara civil do tribunal de justiça da BA, no valor de R\$33.399,45.

A São Francisco está envidando esforços para obtenção dos extratos referentes ao IOF e IRPJ. Quanto a ação de bloqueio no valor de R\$33.399,45, não temos acesso, pois não somos autores do processo.

Gestão de Processos:

Vale citar a observação declinada pela auditoria no ponto próprio, a saber: - “ressaltamos que os trabalhos de reestruturação operacional estão sendo realizados e continuaremos acompanhando-os nos próximos trabalhos.” Essa é a expectativa da entidade, de atendimento ao cronograma e a obtenção dos trabalhos contemplados nos 3 itens citados, constante do instrumento contratual.

Follow-up da auditoria em 31/12/2019:

O saldo em 31 de dezembro de 2019 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2020	AV (%)	AH (%)	30/06/2021	AV (%)
1231 TÍTULOS PÚBLICOS	451.918.532	48%	-38%	279.153.901	28%
1232 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	12.194.543	1%	-8%	11.240.308	1%
1234 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	457.660.590	49%	53%	699.098.470	70%
1237 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	9.574.437	1%	1%	9.662.112	1%
1238 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.605.286	0%	-2%	2.549.215	0%
1239 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	210.133	0%	0%	210.133	0%
TOTAL INVESTIMENTOS	934.163.521,15	100%	5%	1.001.914.140,23	100%

Fundos de investimentos:

Os Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia e Geração de Energia FIP** continuam em situações críticas, segundo a opinião dos seus auditores, as quais permanecem com as opiniões ressalvada e adversa, respectivamente, conforme já citado em nosso relatório de auditoria. Já o Fundo **Ático FIDC Imobiliário**, o qual possuía ressalva em seu relatório de auditoria anterior, teve a situação regularizada e não se encontra mais ressalvado. Portanto, consideramos o ponto como **parcialmente resolvido**, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 2 fundos com situações mais delicadas.

Depósitos Judiciais/Recurais:

Em relação à conta de depósitos judiciais/recursais consideramos o ponto como **regularizado**, visto o recebimento dos extratos nos trabalhos de auditoria de 31.12.2019. Contudo, recomendamos que a solicitação destes seja feita mensalmente, para evitar problemas futuros, bem como manter a atualização destes fidedigna.

Gestão de Processos:

Com base nos trabalhos realizados para o período compreendido entre junho a dezembro de 2019, mantemos o ponto como **não resolvido**, visto que os trabalhos de reestruturação de processos ainda se encontra em andamento, como já citado no follow-up de 30.06.2019,

e não recebemos novas informações até o término dos trabalhos de auditoria do exercício findo em 31.12.2019.

Follow-up da auditoria em 30/06/2020:

O saldo em 30 de junho de 2020 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2020	AV (%)	AH (%)	30/06/2021	AV (%)
1231 TÍTULOS PÚBLICOS	451.918.532	48%	-38%	279.153.901	28%
1232 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	12.194.543	1%	-8%	11.240.308	1%
1234 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	457.660.590	49%	53%	699.098.470	70%
1237 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	9.574.437	1%	1%	9.662.112	1%
1238 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.605.286	0%	-2%	2.549.215	0%
1239 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	210.133	0%	0%	210.133	0%
TOTAL INVESTIMENTOS	934.163.521,15	100%	5%	1.001.914.140,23	100%

Fundos de investimentos:

O “status” dos Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia e Geração de Energia FIP** permanecem com a opinião ressalvada e adversa, respectivamente, segundo a opinião dos seus auditores, conforme já citado em nosso relatório de auditoria. Portanto, consideramos o ponto como **não regularizado**, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 2 fundos com situações críticas.

Vale ressaltar que o último relatório disponibilizado na CVM, o qual utilizamos para a nossa análise, para o **Geração de Energia FIP**, é referente à data-base 30/06/2017.

Gestão de Processos:

O trabalho de reestruturação de processos ainda permanece pendente de conclusão e até o término dos trabalhos de auditoria realizados entre janeiro/2020 a junho/2020, não recebemos nenhum relatório.

Ao questionar a administração, tivemos a seguinte resposta:

“Em atendimento a diligência abaixo da auditoria informo que o prazo inicial dos trabalhos de melhoria organizacional contratados pela Fundação São Francisco junto à JCM Consultores, sofreram atrasos, inicialmente em virtude da pandemia e depois em decorrência de perda de profissionais e mudança na condução dos trabalhos pelo lado da contratada. Foi entregue recentemente à Fundação uma versão do primeiro produto (Planejamento Estratégico) que foi imediatamente revisado pela São Francisco que considerou necessário fazer ajustes e complementá-lo (inclusive com Plano de Trabalho – PAT). Foi iniciado também pela consultoria, a elaboração do produto 2 (mapeamento de processos), entretanto até o momento não recebemos nenhum trabalho para validação. Diante dos recorrentes atrasos a Diretoria estará deliberando em breve sobre a rescisão do contrato com a JCM e a contratação de nova consultoria para elaboração dos trabalhos”.

Follow-up da auditoria em 31/12/2020:

O saldo em 31 de dezembro de 2020 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2019	AV (%)	AH (%)	31/12/2020	AV (%)
1231 TÍTULOS PÚBLICOS	512.657.906	56%	-12%	451.918.532	48%
1232 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	11.162.725	1%	9%	12.194.542	1%
1234 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	379.472.576	41%	21%	457.660.590	49%
1237 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	10.468.253	1%	-9%	9.574.437	1%
1238 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.852.957	0%	-9%	2.605.286	0%
1239 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	210.133	0%	0%	210.133	0%
TOTAL INVESTIMENTOS	916.824.550	100%	1%	934.163.520	100%

Fundos de investimentos:

O “status” dos Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia (Exercício Social 31/03/2020)** e **Geração de Energia FIP (Exercício Social 30/06/2017)** permanecem com a opinião ressalvada e adversa, respectivamente, segundo a opinião dos seus auditores. Adicionalmente, o **Fundo FIDC Ático Imobiliário, Exercício Social 31/07/2020**, também teve o seu parecer de auditoria ressalvado, conforme já citado em nosso relatório de auditoria. Portanto, consideramos o ponto como **não regularizado**, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 3 fundos com situações críticas.

Vale ressaltar que o último relatório disponibilizado na CVM, o qual utilizamos para a nossa análise, para o **Geração de Energia FIP**, é referente à data-base **30/06/2017**.

Gestão de Processos:

O trabalho de reestruturação de processos ainda permanece pendente de conclusão e até o término dos trabalhos de auditoria realizados entre janeiro/2020 a dezembro/2020, não recebemos o relatório de mapeamento dos processos.

Comentários da administração em 31/12/2020:

Fundos de investimentos:

A fundação continua fazendo gestões nas assembleias de cotistas e junto ao gestor e administrador no sentido de corrigir os apontamentos realizados pelas respectivas auditorias dos fundos. Não cabendo, entretanto, qualquer tomada de decisão por parte da Entidade, haja vista ela estar subordinada as deliberações do condomínio de cotistas. Por se tratar de fundos fechados, o resgate se processa pela alienação dos ativos investidos, não por uma simples solicitação de resgate emanada do cotista.

Gestão de Processos:

Não obstante os atrasos na elaboração dos trabalhos, pelas justificativas prestadas e constantes do próprio relatório da auditoria independente, os trabalhos estão em pleno andamento e a São Francisco em conjunto com a Consultoria já concluiu e encontra-se de posse do Diagnóstico institucional, diagrama dos processos e manuais operativos. Os diagramas dos processos e os manuais operativos estão sendo conferidos pelas áreas operacionais.

Follow-up da auditoria em 30/06/2021:

O saldo em 30 de junho de 2021 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	31/12/2020	AV (%)	AH (%)	30/06/2021	AV (%)
1231 TÍTULOS PÚBLICOS	451.918.532	48%	-38%	279.153.901	28%
1232 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	12.194.542	1%	-8%	11.240.308	1%
1234 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	457.660.590	49%	53%	699.098.470	70%
1237 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	9.574.437	1%	1%	9.662.112	1%
1238 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.605.286	0%	-2%	2.549.215	0%
1239 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	210.133	0%	0%	210.133	0%
TOTAL INVESTIMENTOS	934.163.520	100%	5%	1.001.914.139	100%

Fundos de investimentos:

O “status” dos Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia (Exercício Social 31/03/2021)** e o **Fundo FIDC Ático Imobiliário (Exercício Social 30/07/2020)** permanecem com os relatórios de auditoria ressaltados, segundo a opinião dos seus auditores. Já o **e Geração de Energia FIP (Exercício Social 30/06/2019)** se encontra com o relatório emitido com abstenção de opinião. Portanto, consideramos o ponto como **não regularizado**, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 3 fundos com situações críticas.

Vale ressaltar que o último relatório disponibilizado na CVM, o qual utilizamos para a nossa análise, para o **Geração de Energia FIP**, é referente à data-base **30/06/2019**.

Gestão de Processos:

O trabalho de reestruturação de processos ainda permanece pendente de conclusão e até o término dos trabalhos de auditoria realizados entre janeiro/2021 a junho/2021, não recebemos o relatório de mapeamento dos processos.

Follow-up da auditoria em 31/12/2021:

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
1020301 TÍTULOS PÚBLICOS	279.153.901	27,86%	5,58%	294.739.290	30,65%
1020302 ATIVOS FINANCEIROS DE CRÉDITO PRIVADO	11.240.308	1,12%	-18,66%	9.143.068	0,95%
1020304 FUNDOS DE INVESTIMENTOS	699.098.470	69,78%	-7,50%	646.682.407	67,24%
1020307 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	9.662.112	0,96%	-12,63%	8.441.415	0,88%
1020308 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	2.549.215	0,25%	-0,85%	2.527.601	0,26%
1020309 DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS	210.133	0,02%	0,00%	210.133	0,02%
TOTAL INVESTIMENTOS	1.001.914.139	100%	-4,01%	961.743.914	100%

Fundos de investimentos:

O “status” dos Fundos de Investimentos **Energia PCH – FIP Multiestratégia** e o **Fundo FIDC Ático Imobiliário** não se encontram mais ressaltados, segundo a opinião dos seus auditores. Já o **e Geração de Energia FIP (Exercício Social 30/06/2021)** se encontra com o relatório emitido com abstenção de opinião. Portanto, consideramos o ponto como **parcialmente regularizado**, visto que a Fundação ainda possui em sua carteira 1 fundo de investimento com situação de risco.

Gestão de Processos:

O trabalho de reestruturação de processos ainda permanece pendente de conclusão e até o término dos trabalhos de auditoria realizados entre janeiro/2021 a dezembro/2021 não recebemos o relatório de mapeamento dos processos.

2.1.5 Imobilizado

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

PERMANENTE	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
1030101 OPERACIONAL CORPÓREO	2.356.172	100%	-0,47%	2.345.008	100%
TOTAL PERMANENTE	2.356.172	100%	-0,47%	2.345.008	100%

Função da conta:

A rubrica “**Imobilizado**” é responsável pelo registro de bens destinados a manutenção das atividades econômicas da Entidade existente somente no Plano de Gestão Administrativa - PGA.

Procedimentos adotados:

Com base no relatório operacional com a composição da conta permanente, confrontamos os valores apresentados com os saldos contabilizados, bem como recalculamos a depreciação/amortização dos bens. Ademais, solicitamos as escrituras dos terrenos da Fundação. E não identificamos divergências e/ou inconsistências relevantes nos procedimentos executados.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.6 Gestão Previdencial - Passivo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

GESTÃO PREVIDENCIAL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
2010101 BENEFÍCIOS A PAGAR	1.999.606	7,61%	-99,74%	5.147	0,02%
2010102 RETENÇÕES A RECOLHER	301.767	1,15%	74,61%	526.926	1,99%
2010104 OBRIGAÇÕES CONTRATADAS	66.067	0,25%	27,99%	84.562	0,32%
2010106 VALORES PREVIDENCIAIS A REPASSAR AC -	354	0,00%	-100,00%	-	0,00%
2010199 OUTRAS EXIGIBILIDADE	23.899.908	90,99%	8,35%	25.895.147	97,67%
TOTAL GESTÃO PREVIDENCIAL	26.266.994	100%	0,93%	26.511.782	100%

Função da conta:

A rubrica “**Gestão Previdencial**” registra os compromissos de cada plano de benefícios relativos ao pagamento de benefícios previdenciários. Registra, ainda, o valor para repasse à Gestão Administrativa referente ao custeio das despesas administrativas necessárias à gestão dos planos de benefícios previdenciários e demais compromissos a pagar e/ou a recolher oriundos dessa gestão.

Procedimentos adotados:

Benefícios a Pagar:

Com base no relatório de provisão de abono anual, confrontamos a sua composição com o saldo da conta “**benefícios a pagar**” e não identificamos divergências relevantes.

Retenções a Recolher/Obrigações Contratadas:

Com base em nossa materialidade, calculada no planejamento inicial e na movimentação das contas, estas não fizeram parte do nosso escopo inicial dos trabalhos de auditoria.

Outras Exigibilidades:

Inspecionamos os relatórios de “**Outras exigibilidades**” fornecidos pelo departamento financeiro, e os confrontamos com o saldo contábil, não apurando nenhuma divergência relevante. Para os exigíveis com saldos mais relevantes, solicitamos a documentação comprobatória para a contabilização dos valores selecionados, não identificando nenhuma inconsistência.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.7 Gestão Administrativa - Passivo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

GESTÃO ADMINISTRATIVA	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
2010201 CONTAS A PAGAR	627.512	77,65%	-10,65%	560.685	78,25%
2010202 RETENÇÕES A RECOLHER	143.169	17,72%	-17,63%	117.928	16,46%
2010204 TRIBUTOS A RECOLHER	23.216	2,87%	19,39%	27.718	3,87%
2010299 OUTRA EXIGIBILIDADES	14.218	1,76%	-28,08%	10.226	1,43%
TOTAL GESTÃO ADMINISTRATIVA	808.115	100%	-11,33%	716.557	100%

Função da conta:

A rubrica “**Gestão Administrativa**” registra os compromissos assumidos pela Fundação relativos ao pagamento de despesas com pessoal, encargos e serviços de terceiros.

Procedimentos adotados:

Com base nos relatórios operacionais da conta “**Gestão Administrativa**”, confrontamos as composições com os saldos contábeis e não identificamos divergências relevantes.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.8 Investimentos - Passivo

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

INVESTIMENTOS	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
2010307 INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	40.226	56,25%	17,40%	47.224	66,72%
2010310 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO A REPASSAR	3.118	4,36%	-100,00%	-	0,00%
2010399 OUTRAS EXIGIBILIDADES	28.171	39,39%	-16,37%	23.558	33,28%
TOTAL INVESTIMENTOS	71.515	100%	-1,02%	70.782	100%

Função da conta:

A rubrica “Investimentos” registra os compromissos assumidos pela Entidade em operações de investimentos, bem como os tributos a recolher decorrentes das operações de empréstimos e participantes. Registra ainda o valor para repasse à gestão administrativa referente ao custeio das despesas administrativas necessárias aos investimentos dos recursos dos planos de benefícios previdenciários.

Procedimentos adotados:

Revisão analítica entre os saldos anteriores e o atual.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.9 Exigível Contingencial

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
20202 GESTÃO ADMINISTRATIVA	5.466.087	92,22%	0,00%	5.466.087	92,22%
20203 INVESTIMENTOS	460.906	7,78%	0,00%	460.906	7,78%
TOTAL EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	5.926.993	100%	0,00%	5.926.993	100%

Função da conta:

A rubrica “Exigível Contingencial” registra as provisões relativas a litígios cujas decisões futuras podem gerar desembolso pelas entidades contábeis.

Procedimentos adotados:

Solicitamos os relatórios operacionais com a composição das causas em aberto em que a Fundação é parte e realizamos o processo de circularização dos advogados para a confirmação dos saldos contingenciais.

Conclusão em 31/12/2021:

Com base nas análises realizadas, obtivemos segurança quanto aos saldos apresentados e as formalizações existentes para os processos.

2.1.10 Patrimônio Social

O saldo em 31 de dezembro de 2021 está apresentado conforme a seguir:

PATRIMÔNIO SOCIAL	30/06/2021	AV (%)	AH (%)	31/12/2021	AV (%)
20301 PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	991.756.532	97,43%	-4,18%	950.284.928	97,47%
20302 FUNDOS	26.203.553	2,57%	-5,71%	24.707.175	2,53%
TOTAL PATRIMÔNIO SOCIAL	1.017.960.085	100%	-4,22%	974.992.103	100%

Função da conta:

A rubrica “**Patrimônio Social**” registra a soma dos recursos para fazer frente a todas as obrigações dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

Procedimentos adotados:

Revisão atuarial realizada por atuário externo à Fundação São Francisco.

Conclusão do trabalho realizado pela auditoria atuarial externa:

Para a presente manifestação foram examinadas cópias dos documentos identificados por: JM/0333/2022, e JM/0331/2022, ambos de 17 de fevereiro.

Os pareceres atuariais de 2021 registram cada uma das hipóteses admitidas na apuração de resultados no encerramento do exercício, aprovadas pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo.

Em relação ao ano anterior, para o Plano de Benefícios I, foi desagravada a taxa de juros, para melhor adequar-se à realidade atual do plano, tal alteração eleva o valor das provisões matemáticas. Contudo, houve alteração na Tábua Geral de Mortalidade e no Fator de Capacidade, alterações essas que contribuíram no decréscimo das provisões matemáticas.

A alteração da Tábua de Entrada em Invalidez não representou impacto nas provisões matemáticas do Plano.

Acerca do Plano de Benefícios III, em relação ao ano anterior, foi agravada a taxa de juros, para melhor adequar-se à realidade atual do Plano. Também foram alteradas as hipóteses de Tábua Geral de Mortalidade, Tábua de Entrada em Invalidez e o Fator de Capacidade. Tais alterações reduzem os valores das provisões matemáticas.

Lado outro, registre-se que as rentabilidades dos planos I e III não superaram suas metas atuariais para o exercício. Para o plano I, foi registrada uma rentabilidade de 5,78% contra uma meta atuarial nominal de rentabilidade líquida estimada de 17,47%, representando, em termos reais um patamar inferior à meta atuarial de rentabilidade real líquida em 5,32 pp.

Para o Plano III, foi registrada uma rentabilidade de 5,95% contra uma meta atuarial nominal de rentabilidade líquida estimada de 15,62%, representando, em termos reais um patamar inferior à meta atuarial de rentabilidade real líquida em 4,51 pp.

As premissas adotadas formam cenários que guardam conformidade com as melhores práticas atuariais e atendem ao disposto em legislação específica.

Após análises realizadas, admitindo válidas as informações registradas nos documentos disponibilizados, concluímos que os aspectos atuariais atendem às respectivas legislações.

* * * * *